

De: animee@animee.pt
Enviado: 27 de dezembro de 2024 17:31
Para: animee@animee.pt
Assunto: Reunião do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade da CIP com participação do Secretário de Estado do Ambiente

Exmos. Senhores,

A Reunião#09 do CAS – Conselho de Ambiente e Sustentabilidade da CIP com participação do Secretário de Estado do Ambiente (SEA), Dr. Emídio Sousa, teve lugar dia 19 de dezembro. A notícia publicada pela CIP é a seguinte: [CIP debate desafios ambientais com Secretário de Estado do Ambiente - CIP - Confederação Empresarial de Portugal](#)

A ANIMEE esteve presente nesta reunião e apresenta de seguida a informação mais relevante para os seus associados.

O SEA começou por referir que tem muito interesse em falar com as indústrias e auscultar a sua opinião, o que já fazia quando foi Vereador e, posteriormente, Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira. Também referiu que não acredita em grupos de trabalho, prefere ter contatos pontuais com empresas ou grupos de empresas (e daí ter aceite estar presente nesta reunião da CIP).

Os assuntos focados durante a reunião foram essencialmente os seguintes:

- Houve grande insistência de todos na questão das embalagens e no aumento de 70 a 100% que as entidades gestoras terão que pagar aos sistemas de gestão de resíduos – e que se traduzirá em aumentos também eles significativos nos valores que as empresas terão que pagar às Entidades Gestoras de Embalagens em 2025. O SEA mostrou-se irredutível;
- Sobre a questão da responsabilidade alargada do produtor Vs contratos com Entidades Gestoras (EG): foi referido que ainda não se conhecem os preços que as 3 EG irão aplicar a estas embalagens e já estamos no final de dezembro. Isto porque a DGAE- Direção Geral das Atividades Económicas ainda não aprovou os preços. Sendo assim, muitas empresas ainda não escolheram a EG que vão contratar e a obrigação legal aplica-se a partir de dia 1 de janeiro. Caso haja inspeções da IGAMAOT como será? O SEA afirmou que essa situação será tida em consideração;
- Foi falada também a necessidade de acelerar os licenciamentos ambientais, não menosprezando o cumprimento da legislação ambiental. O SEA afirmou que os prazos legais têm que ser cumpridos. As várias associações afirmaram que a questão não são os prazos legais, mas sim o não respeito pelos prazos legais.

A ANIMEE foi uma das entidades presentes que interveio. Referiu, em primeiro lugar, que concordo com as observações anteriores sobre a questão das embalagens e sobre a necessidade de desburocratizar e assegurar que os licenciamentos ambientais são tratados de forma mais rápida. Apontou ainda o seguinte:

- Sobre a colocação de impostos ao transporte de mercadorias importadas de fora da União Europeia, ideia lançada por uma das Associações Empresariais presentes para assegurar a competitividade dos seus produtos: é preciso pensar bem nesta questão porque o setor elétrico e eletrónico tem que importar matérias primas e componentes de fora da EU e cada vez tem tido maior dificuldade em fazê-lo – pandemia, guerra na Ucrânia, maior concorrência porque os países asiáticos cada vez mais produzem equipamentos mais complexos, CBAM – se forem criados novas taxas ou novos impostos o setor elétrico e eletrónico será fortemente prejudicado;

- É necessário aumentar a informação para o público em geral para fomentar a reciclagem. Esta ação é necessária para aumentar a participação das pessoas no processo, o que diminuirá os custos unitários da reciclagem e do tratamento de resíduos. O SEA fez saber que em 2025 haverá campanhas de reciclagem dirigidas à população em geral;
- O IGAMAOT inspeciona praticamente apenas empresas devidamente licenciadas e ignora empresas clandestinas. O SEA afirmou que já recebeu este alerta recentemente e que o vai tomar a sério;
- É necessário aumentar a fiscalização de produtos do setor elétrico e eletrónico. Ter uma legislação cada vez mais complexa e restritiva e, simultaneamente, permitir a importação de produtos muito mais baratos que não cumprem essa mesma legislação, mas apresentam a marca CE, é concorrência desleal. Simultaneamente, provoca problemas de segurança aos utilizadores desses mesmos produtos, que estão convencidos que a marca CE assegura a qualidade e segurança dos mesmos. Não foi dada resposta concreta a este assunto, que não é da competência direta da SEA, mas foi entendida a sua importância

Em resumo e segundo as palavras da CIP, *apesar de algumas naturais diferenças de opinião, houve consenso sobre a importância de reforçar a cooperação entre o tecido empresarial e a tutela para se alcançar um melhor nível de proteção ambiental, sem comprometer a competitividade das empresas nacionais.*



Com os melhores cumprimentos / Best regards,

Marta Epifânio
Serviço de Tecnologia Industrial
Telef: +351.218 437 119
Email: martaepifanio@animee.pt

Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico
Av. Guerra Junqueiro, nº 11 – 2º Esqº - 1000-166 Lisboa – Portugal



Telef: +351 218 437 110

www.animee.pt animee@animee.pt